

INFORMAÇÃO SOCIAL, SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

THE SOCIAL AND SOLIDARITY INFORMATION AND LOCAL DEVELOPMENT

Lidia Eugenia Cavalcante

Resumo: Analisa o fenômeno da informação social e solidária, produzida em comunidades locais, e a mediação pela qual ocorre o processo de produção e circulação da informação, destacando a info-comunicação. Para refletir sobre esta temática, realizaram-se estudos teóricos acerca dos conceitos de mediação da informação social, levando a uma abordagem sobre informação solidária, discutida ao longo do texto. Entende-se que a mediação da informação social é onde se instaura a relação do homem com a humanidade, em sua coletividade, e para a qual convergem, por exemplo, a mediação da leitura. Para aprofundar este estudo, pautou-se no aporte teórico de autores como: Pollak (1992), Bauman (2003), Berger; Luckmann (2004), Freire (2011) entre outros. Alicerçada pelo referencial teórico ora formulado, a pesquisa tem caráter exploratório, desenvolvida mediante pesquisa empírica qualitativa e estudo de caso, realizada em comunidades rurais do Estado do Ceará, para o entendimento de como ocorre a produção e a mediação da informação denominada, neste estudo, de informação solidária. Conclui-se que a possibilidade de entendimento das relações entre informação e comunidade aproxima-se de temas de grande interesse da Sociedade da Informação, pois se caracteriza como algo que converge para a compreensão do lugar social da informação, cujas representações assumem caráter tanto social quanto político e econômico.

Palavras-chave: Mediação da informação. Informação solidária. Informação e desenvolvimento local.

Abstract: It analyses the phenomenon of social and solidarity information generated in local communities and the cultural mediation in which the process of production and circulation of information occurs, highlighting the info-communication. To reflect on this theme, theoretical studies were made on the concepts of mediation of the social information, which led to an approach on the “solidarity information” that will be discussed in the text. It is understood that mediate social information is where it establishes the relationship between man and humanity in their community and, for example, for which converges the reading mediation. In order to further analysis, the study is based on the theoretical approach of authors, such as, Pollak (1992), Bauman (2003), Berger; Luckmann (2004), Freire (2011), among others. Anchored by now formulated theoretical framework, the research is exploratory, developed through qualitative empirical investigation in rural communities in the State of Ceara – Brazil, in order to understand how occurs the production and mediation of the information referred in this study as an “information solidary”. Discuss these possibilities of understanding the relationships between information and the community is also approach of topics of great interest for the Information Society, because is characterized as something that converges to comprehension the social place of information, whose representations assumes both social character as a political and economical.

Keywords: Mediation Information. Solidary Information. Information and local development.

1 INTRODUÇÃO

Sob a ótica das relações humanas e sociais na atualidade, cabe refletir sobre o cenário – ou cenários – no qual a informação assume papel para o desenvolvimento econômico em diferentes dimensões. Nos espaços cotidianos, onde se operam as práticas sociais de acesso à

informação, ocorrem condições diferenciadas de produção, circulação e apropriação de saberes por parte dos sujeitos, o que tem dado origem a novas formas de se produzir e de se mediar essa informação.

A questão norteadora desta pesquisa é de que os *Espaços Públicos de Acesso à Informação* (EPAI), a exemplo das bibliotecas comunitárias, personificam novos modelos e estratégias de ações, para além do universo literário, que podem refletir as necessidades informacionais dos indivíduos quanto à melhoria das condições de vida, no que tange à produção de bens e serviços, trabalho, trocas, valores, bens culturais etc. que constroem complexas relações sociais e econômicas. Diante dessa afirmação, este estudo buscou compreender os impactos do valor da informação social e solidária para o desenvolvimento local, a partir das seguintes reflexões: (a) Quem são os agentes catalisadores desse processo informacional? (b) Como se dá o fluxo de informação entre os sujeitos? (c) Quais os canais (redes e mídias sociais) utilizados? (d) Como os sujeitos se apropriam da informação em meio comunitário para o desenvolvimento econômico local?

Isso leva a repensar o conceito de informação e sua mediação em comunidades, antes restrita ao espaço estruturante das bibliotecas comunitárias tradicionais e de outras instituições formalmente constituídas, cuja mediação se dava especialmente por alguém “legitimado” para fazê-la e, particularmente, voltada para a leitura literária. O que se observa, hoje, é uma junção colaborativa de papéis, que estabelecem relações interdisciplinares entre informação e leitura, que leva a repensar sobremaneira esses conceitos (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013).

São, portanto, ações inovadoras no campo da mediação da informação, tendo em vista a forma como alguns projetos de inclusão informacional são alicerçados e ganham força em espaços socialmente constituídos e legitimados pelas próprias comunidades, cujas marcas principais estão relacionadas ao seu entorno, às identidades locais e à construção social da informação, dando origem a outro conceito que é a informação solidária.

2 A INFORMAÇÃO À LUZ DOS SABERES COMUNITÁRIOS

Discorrer sobre informação social traz à tona outra discussão pertinente a este estudo que é a sua relação com a questão da identidade, diretamente relacionada ao meio em que ela é produzida e onde se instauram as complexidades individuais e coletivas de produção, circulação e apropriação. Identidade, destacada aqui, em seu conceito mais amplo. Na visão de Bauman (2003, p. 178), ao citar Stuart Hall, tem havido, nos últimos anos, uma “explosão discursiva” acerca da temática identidade sob vários aspectos, sociológicos e ideológicos,

atraindo estudiosos em diferentes áreas do conhecimento e, obviamente, convergências e divergências conceituais. Esse autor situa, ainda, a discussão no âmbito da justiça e da igualdade, que tende a ser conduzida em termos de reconhecimento e, com maior frequência, em torno das questões relativas aos direitos humanos e a processos políticos, especialmente da “política da vida” (BAUMAN, 2003, p. 178).

Ao trazer a crítica de Bauman (2003) sobre identidade (ou identidades), articulando-a com a informação social, pretende-se destacar as suas relações com outro conceito que é a *identificação*, talvez mais apropriado a esta discussão estando, assim, próximo da realidade instaurada pelos indivíduos na contemporaneidade.

No campo das identificações, há outro termo importante a destacar que é a noção de *pertencimento*. Pertencer a uma comunidade envolve representações simbólicas no âmbito da história e da cultura, que produzem laços, sejam eles afetivos, de interesses ou de resistência. Pertencer significa fazer parte, se sentir partícipe de um conjunto e ter objetivos e características comuns, cujos interesses podem ser circunstanciais, culturais, econômicos, políticos, históricos, ideológicos, gregários etc. Tudo isso leva à geração de uma vida social e cultural onde os indivíduos se encontram e se reconhecem pelos processos interacionais e pelas mediações entre eles. Dessa forma, os sujeitos buscam identificações, muitas vezes geradoras de semelhanças, assimilação, mas também de diferenças e conflitos. A identificação e o pertencimento, portanto, ocorre mediante processo de representação e de abstração do indivíduo, entrelaçado ao sujeito social, que se fundam a partir da inserção na coletividade, muitas vezes manifestadas em ritos, danças, celebrações, vivências e movimentos culturais e sociais dinâmicos, que justificam a existência de um ser social.

É fato que esse processo muitas vezes ocorre de modo local, especialmente interligado à cultura popular e às comunidades com pequeno alcance tecnológico e acesso à internet, ainda comum em muitas cidades brasileiras. No contexto do capital social e econômico, essas discussões acerca do papel da informação ainda parecem recentes, especialmente no âmbito do espaço comunitário e das iniciativas populares locais.

Mesmo com o alargamento do sentido de comunidade para o universo virtual, Foguel (2009, p.95) destaca que “O conceito de comunidade está fortemente correlacionado com a noção de território, ou seja, é compreendida como um grupo de pessoas que ocupa uma área geográfica e compartilha objetivos, valores e sonhos”. Por conseguinte, esse conceito está relacionado ao de identificação e de pertencimento, como apresentado anteriormente.

Ainda merece destaque que, essas representações emanam profundamente do desejo de mudança e de melhoria das condições de vida, não de modo hegemônico, mas de

articulações complexas entre pessoas em suas redes de entrelaçamentos gregárias, dialógicas e autônomas. Essas, por sua vez, ocupam um mesmo território, entendido aqui para além do espaço físico e geográfico, aquele onde ocorrem as trocas, fundamento do trabalho e o exercício da vida. Ou seja, o fio condutor por onde passam os entrelaçamentos e as tessituras do movimento comunitário, no enredamento social das articulações na busca das transformações advindas do desejo de transformar a realidade (CAVALCANTE, 2012).

Freire (2011, p. 32), adverte que “O homem integra-se e não se acomoda. Existe, contudo uma adaptação ativa”. Assim, entende-se o conceito de comunidade, em sua complexidade, de forma mais abstrata do que real, e que a sua existência não ocorre sem tensões, negociações ou conciliações.

A informação socialmente circunscrita no terreno da comunidade, das identificações e do pertencimento, evoca conceitos relacionados ao seu paradigma social, em múltiplas dimensões, com destaque para o capital social e econômico.

Percebe-se que o campo social da informação estabelece vínculos fortes com as experiências dos indivíduos em comunidade, inclusive em contexto político e da memória vivida ou herdada, sendo esta tratada por Pollak (1992) no âmbito da “identidade social”, a partir de acontecimentos vividos de modo individual ou coletivamente. Ou seja, como destaca Pollak (1992), “um fenômeno construído”, não sem tensões ou conflitos, e que sofre flutuações em função do momento em que é articulada, estruturada e organizada pelos atores sociais.

Cada vez mais, o fenômeno informacional encontra-se enredado no âmbito da política, verificado a partir das intervenções históricas e da sua inserção no campo das práticas sociais, continuamente estudadas por pesquisadores das Ciências Sociais. Essa convergência de interesses integra os campos de constituição da história e a ação política dos sujeitos, muitas vezes sem a influência ou intervenção do Estado. É, dessa forma, legitimada cotidianamente pelo surgimento, nas últimas décadas, de movimentos das mais diferentes ordens: populares, culturais, de moradores, políticos, partidários, associações, manifestações etc., alicerçados por fatores exógenos e endógenos das convivências instauradas e provocadas de modo dinâmico entre os atores sociais que a produzem e dela se apropriam.

Outro fator emergente da dimensão social da informação está relacionado a uma possível democratização do acesso, da inclusão e do interesse por bens culturais públicos e pela geração de capital social. Nessas circunstâncias, observa-se que as políticas culturais começam a reconhecer a necessidade de descentralizar os espaços de cultura e de seus mecanismos de difusão em razão dos espaços de produção legitimados no âmbito local. A

partir dessa compreensão, veem-se importantes iniciativas, governamentais ou não, de implantação de centros populares de cultura, museus e bibliotecas comunitárias, teatros, associações de danças populares e folclóricas, grupos musicais etc., muitos deles surgidos de iniciativas locais que permitem o estímulo ao desenvolvimento de práticas sociais, culturais e artísticas como uma renovação do espaço social que favorece o encontro dos indivíduos.

A produção, a apropriação e o processo de significação da informação não podem ocorrer esvaziados das dimensões histórica, social e cultural da vida cotidiana dos indivíduos ou mesmo deixar de considerar “[...] os mecanismos complexos de mediação que interferem nos processos de apropriação simbólica, sem que se leve em conta sua natureza, sua razão de ser, suas particularidades, suas exigências, seus modos especiais de produção, de circulação, de recepção [...]” (PERROTTI, 2009, p. 13).

A construção social da informação opera de modo transversal, requerendo por parte dos indivíduos, tempo e propósito - ambos ligados à construção social da realidade. Isso se torna possível mediante registros da vida cotidiana em seu pragmatismo, sendo esta, portanto, experimentada em múltiplos graus de aproximação e distanciamentos, espacial e temporal. Berger e Luckmann (2004) destacam que, o mundo em que o indivíduo atua é aquele que ele pode modificar a realidade, o mundo em que trabalha. De acordo com esses autores, “Tipicamente, o meu interesse nas zonas distantes é menos intenso e certamente menos urgente”. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 39).

Esse fenômeno de pertença e apropriação, localmente instituído, ou seja, a constituição do "local" como os "nós" – que unem indivíduos em redes, acrescidas de fluxos econômicos, potencialidades, conhecimento e saberes. A dimensão local, todavia, é largamente afetada, influenciada e renovada pelas redes e mídias sociais, assim como as práticas de mediação social da informação. Não há, portanto, como negar o impacto dessas ações no âmbito das comunidades e nas relações sociais entre os indivíduos.

O conceito de redes, amplamente ligado ao conceito de comunidades, segundo Marteleto e Oliveira e Silva (2004, p. 41), “[...] são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação”. No âmago dessa questão está a informação vista em seu campo social, legitimada pela comunidade que a produz, ressignifica e dela se apropria, para a circulação e a mediação entre seus membros.

Peruzzo e Volpato (2009, p.1-2) destacam que,

Em meio à intensidade da globalização, eis que ressurgue a tendência à valorização do próximo. Paradoxalmente, apesar do fascínio pela informação

internacional e pela aparente homogeneização de valores, revitaliza-se o apreço pelo local, pela comunidade, pelo familiar. Não se nega as vantagens do mundo globalizado, entretanto, o interesse pelas raízes insere-se nesta complexidade a ponto de fazer-nos ver o mundo globalizado por meio das relações e articulações entre global e local e não mais apenas pela globalização. É a dinâmica global que interage com o local, criando e recriando identidades globais e locais.

Nas comunidades, os fluxos e a circulação da informação e sua intensidade dependem da estrutura e dos interesses de seus membros. Assim, além da informação veiculada, também é importante identificar como ocorre o processo de mediação dessa informação e suas formas de legitimação. Por exemplo, quais as mídias utilizadas, as redes que se formam nesse processo, os sentidos a elas atribuídos e as necessidades dos indivíduos. Diante disso, a mediação torna-se bem complexa, pois vai muito além do uso de vetores de informação, revelando explicitamente as inter-relações que se operam para que a mediação ocorra.

A informação socialmente mediada em ambientes comunitários, principalmente em pequenas cidades brasileiras, muitas vezes se dá de maneira informal, sem a preocupação com a organização ou com processos info-comunicacionais planejados, ou mesmo com as suas interfaces e desdobramentos. Pode-se afirmar que a mediação da informação e o seu compartilhamento, nesse caso, ocorre por meio de trocas, em atos de solidariedade entre os indivíduos que se conhecem e possuem algum tipo de laço social ou familiar. Isso se torna comum e pode ser facilmente percebido nas relações de vizinhança, cujos sujeitos possuem necessidades informacionais muito próximas como, por exemplo, se informar sobre um programa de governo, bolsa família, doação de sementes para plantio, emprego etc. - informações partilhadas com a família, associações de moradores, igrejas e colegas que delas se apropriam e as transmitem em benefício do grupo.

Ressalta-se que esses fios são tecidos de forma consciente ou inconsciente sobre o papel que a informação veiculada tem para o desdobramento de ações coletivas e para as relações interpessoais na comunidade, mas que eles têm plena certeza de que haverá resultados coletivos que contribuirão para o desenvolvimento local. Stotz (2009) salienta que, nesse âmbito, se organizam dois tipos de redes: as primárias, que ocorrem de modo autônomo e informal e estabelecem relações significativas entre as pessoas (familiaridade, parentesco, amizade etc.) e as secundárias, cujas ações são no âmbito da coletividade, das instituições, grupos e demais movimentos sociais que possuem interesses comuns.

A informação, nesse contexto, pode ser entendida como insumo indispensável para o fortalecimento de arranjos produtivos pelo compartilhamento de saberes importantes para as ações relativas aos negócios locais, à cultura compartilhada, ao melhoramento da educação e à construção da autonomia informacional. (CAVALCANTE, 2012, p. 126).

Na sociabilidade da informação localmente produzida e mediada, algumas estratégias são comumente elaboradas à medida que os indivíduos, de modo coletivo, tomam consciência do valor da informação como capital social, seja ele econômico, cultural, tecnológico ou político.

3 INFORMAÇÃO SOLIDÁRIA

No ano de 2001, Carlos Cardoso Aveline publicou a obra *A informação solidária*, basicamente voltada para a Comunicação Social. Trata-se de um texto seminal para a utilização do conceito de Informação Solidária (IS), entendida por esse autor como um movimento informativo inovador e renovador de conteúdos, fundada em um paradigma sócio comunicativo de intervenção social, refletindo uma consciência coletiva que emerge de novos saberes forjados na filosofia da cidadania planetária e da consciência coletiva por meio da intervenção social e da inclusão informacional.

Tal conceito emerge da *Economia Solidária* (ES), cujas iniciativas remontam do princípio do século XIX, particularmente na Europa. Funda-se na importância dos indivíduos e não do capital, com práticas de solidariedade, tendo como base o cooperativismo e o associativismo para a produção, comercialização e consumo de bens e serviços, mediante processos de autogestão para a geração de trabalho, renda e qualidade de vida, de modo justo, democrático e emancipatório. Mesmo ressaltando que práticas solidárias advêm de tempos remotos, a expressão *Economia Solidária* começou a ser efetivamente empregada nas últimas décadas de século XX, especialmente com a conquistada liberdade da sociedade civil, pós-ditadura militar. Desse termo, outros foram surgindo como a *Alfabetização Solidária*, *Empreendedorismo Solidário* entre outros.

Autores como Paul Singer (2002) e Euclides André Mance (2006), estudiosos da ES, têm efetivamente contribuído mundialmente com estudos e iniciativas para fomentar essa ação como uma das alternativas possíveis de luta contra as desigualdades sociais no mundo globalizado, que afetam países ocidentais e orientais. A partir dessas iniciativas, o empreendedorismo solidário tem mobilizado pessoas e instituições em prol de uma conscientização voltada para o desenvolvimento local.

No Brasil, um dos marcos significante para o desenvolvimento da ES foi à década de 70, com o movimento de trabalhadores contra a exploração capitalista, a exclusão, o desemprego urbano e a desocupação rural, fazendo brotar iniciativas populares por meio de cooperativas, por exemplo, relativas à agricultura familiar. Dessas estratégias, surgiram articulações importantes, com o envolvimento de vários segmentos e sujeitos políticos e

sociais, resultando em políticas públicas, na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária, na realização do Fórum Social Mundial desde o ano de 2001 e em inúmeras ações como redes, fóruns, encontros etc. espalhados por todo o território nacional.

As comunidades, em contextos locais, têm articulado dispositivos essenciais para o compartilhamento de saberes de modo autônomo em termos de produção de bens e serviços, alinhados à ideia de ES. Organizadas de modo endógeno como forma de garantir a resolução de problemas que as afetam comumente, se fortalecem na constituição de um mercado informal, que possa garantir a qualidade de vida de seus moradores. Sob essa ótica, surgem projetos e ações em diversos campos como o *econômico* (bancos comunitários, sistemas produtivos de inclusão, agronegócio, empreendedorismo jovem, economia criativa, horta comunitária, artesanato etc.); *ambiental* (agroecologia, justiça ambiental, convivência com o semiárido, manejo produtivo, educação ambiental etc.); *cultural* (bibliotecas comunitárias, projetos de leitura, centros culturais, grupos de dança, teatro, folclore etc.); *social e educativo* (inclusão digital, acesso à internet, segurança alimentar, integração social para crianças, jovens, mulheres e idosos, parcerias entre comunidade e escola etc.).

Os grupos se estruturam e se organizam, à sua maneira, de modo a partilharem saberes - muitos deles produzidos no seio da própria comunidade. Exemplo disso é o fato de que a maioria dessas iniciativas está conectada pelas mídias sociais e possuem blogs, sites, Facebook, entre outros.

Mediante esse tipo de intervenção social, surge o que aqui é nominado como *Informação Solidária* (IS) que são práticas de intervenção informacional, que contribuem para a integração de conhecimentos e ideias, para a melhoria das condições de vida de uma comunidade, integradas em redes sociais duráveis, com objetivos e propósitos coletivos e colaborativos.

A informação solidária visa:

Produzir conhecimentos para uma nova economia integrada e solidária;

Encorajar a conexão e a apropriação de saberes entre os indivíduos;

Favorecer o acesso à informação produzida na comunidade;

Facilitar a inclusão informacional e o processo de mediação e info-comunicação.

A informação solidária surge das relações solidárias entre membros de uma família, entre vizinhos, instituições, organizações, igrejas, cooperativas etc. Ou seja, ocorre no âmbito da cooperação, da autonomia, do diálogo e do comprometimento.

Surge, então, das práticas informacionais que podem contribuir com a mediação documentada pelos saberes que a alicerçam, a partir de dispositivos info-comunicacionais (FABRE, GARDIÈS, 2010). Para essas autoras, a mediação documentária é uma mediação de saberes posta em prática pela produção, difusão e apropriação da informação. Esta se estabelece a partir de um “lugar personalizado” em que a mediação se apoia na subjetividade. Assim, a mediação documentária ultrapassa a transmissão da informação caminhando rumo à construção de elos entre necessidade e uso para permitir ao indivíduo transformar essa informação em conhecimento e torná-la acessível e inclusiva. (FABRE, GARDIÈS, 2010).

Mediante a criação de dispositivos info-comunicacionais como estratégias de compartilhamento de informação, o que antes surge como um movimento de estruturas locais de desenvolvimento e solução de problemas internos assume dimensão global pelas mídias sociais e pelo desejo de tornar público uma realidade social modificada de modo endógeno.

Pelas redes sociais, observa-se que os dispositivos info-comunicacionais onde se operam a mediação documentária estão à produção, circulação e fluxos de informação que são, essencialmente, um fenômeno humano e social de integração e de articulação entre os indivíduos, pelos quais se dá a informação solidária, que também é social.

4 OS PERCURSOS DA PESQUISA

No ano de 2009, iniciou-se, no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, o projeto de extensão *Metodologias para a implantação de bibliotecas comunitárias em municípios cearenses*. De lá para cá, com o apoio do referido projeto, foram implantadas nove bibliotecas comunitárias em três municípios, cujo principal objetivo era contribuir com metodologias, ações e estratégias para a implantação de bibliotecas comunitárias por meio de um modelo de autogestão participativa. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas oficinas, encontros, palestras, treinamentos, elaboração de projetos, arrecadação de livros etc. nas comunidades. Inicialmente, a principal atividade desenvolvida estava relacionada ao acesso ao livro e à leitura literária. Entretanto, diante da observação de que as necessidades informacionais dos moradores das comunidades iam além do acesso à leitura literária, nova frente de trabalho foi se abrindo, levando o grupo a refletir sobre qual deveria ser o papel, o alcance e a abrangência da biblioteca como EPAI, o que originou a pesquisa ora apresentada.

No universo desta pesquisa, tem-se como reflexão inicial que o espaço das bibliotecas comunitárias pode representar importante veículo de inserção e inclusão informacional,

condutor de inovação social e desenvolvimento local por meio da informação solidária e de suas possibilidades de riqueza e sustentabilidade.

Os estudos iniciados com esse objetivo, além da busca de construção de uma concepção teórica sobre o conceito de *Informação Solidária*, levaram o grupo de pesquisa a investigar projetos de *economia solidária, inovação social, tecnologia social* etc. desenvolvidos no Estado do Ceará (zona urbana e rural) e que, mesmo de forma inconsciente e sem a existência de EPAI, desenvolvem ações de *Informação Solidária*. Foram mapeadas cinquenta organizações, distribuídas nas seguintes áreas de atuação:

Quantidade	Área de atuação
3	Recursos Hídricos
5	Segurança Alimentar
8	Energia e Meio Ambiente
9	Saúde
10	Geração de Renda
15	Educação

Todas as organizações mapeadas, apesar de algumas delas situarem-se em municípios da zona rural do Ceará e com certo nível de dificuldade de acesso à internet, possuem redes e mídias sociais como sites, blogs e Facebook, o que demonstram estar integradas a processos info-comunicacionais contemporâneos pelo uso das tecnologias de informação e comunicação. Esse fato leva à observação de que a circulação da informação é fundamental para o desenvolvimento dos projetos e de formas específicas de mobilização, divulgação e legitimidade. Além disso, as redes e mídias sociais facilitam o compartilhamento de conhecimentos entre as entidades, órgãos públicos, universidades e instituições de fomento na busca de recursos financeiros e parcerias.

No processo de realização desta pesquisa, todas as organizações foram virtualmente visitadas, de modo a conhecer especificamente localização, lideranças, objetivos, público-alvo, metas, resultados etc. constantes em suas redes sociais. O que se observou é que são ações e experiências em curso, voltadas principalmente para famílias de baixa renda, agricultores familiares, lideranças comunitárias, adolescentes e crianças que estudam em escolas públicas, tanto na zona rural, quanto em áreas urbanas, com baixo Índice de desenvolvimento Urbano (IDH).

O Estado do Ceará possui um total de cento e oitenta e quatro municípios, com uma população estimada, em 2013, de 8.778. 575 habitantes. Dessa população, 75% residem em

áreas urbanas. A maior parte das organizações mapeadas está situada em Fortaleza, na capital do Estado, onde reside maior número de pessoas e onde se verifica que há grande concentração de problemas sociais e econômicos, especialmente nas áreas periféricas e nas regiões metropolitanas do entorno da cidade.

Mesmo reconhecendo o rico potencial de estudo das organizações localizadas em Fortaleza sobre a temática aqui proposta, optou-se por estudar uma iniciativa oriunda da zona rural, tendo em vista o interesse em aproximar o olhar da pesquisadora para o fenômeno local em pequenas comunidades. Assim, o interesse da pesquisa voltou-se para compreender os caminhos trilhados e os resultados obtidos face às dificuldades enfrentadas pelos habitantes desses espaços diante do constante êxodo rural, tão comum no nordeste brasileiro, quando famílias inteiras, em pleno século XX, ainda deixam o sertão rumo aos centros urbanos, na busca de uma “vida melhor”.

Após o levantamento inicial, optou-se por realizar estudo de caso, mediante visita *in loco* a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), situada no município de Pentecostes, para a busca de dados mais específicos referentes aos objetivos de pesquisa e para conhecer a fundo esse projeto.

Pentecostes é um município com uma população de 36.611 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2014), situado no semiárido cearense, na chamada microrregião do Baixo Curu, composto por Apuiarés, São Luís do Curu, General Sampaio, Pentecoste e Tejuçuoca. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas estão agricultura, caprinocultura e apicultura, por meio de pequenos e médios produtores rurais. Como é comum em zonas rurais nordestinas, há o predomínio de problemas como a estiagem, baixa produtividade, falta de acesso direto a mercados, uso de equipamentos inadequados e técnicas produtivas ultrapassadas que, em muitos casos, levam ao endividamento do pequeno produtor e à desistência da agricultura familiar, e conseqüente êxodo rural, especialmente dos jovens. Outro desafio observado está relacionado à falta de informação relativa ao acesso a microcréditos e como utilizá-lo de modo planejado.

Diante dessas preocupações, jovens da região, que tiveram a oportunidade de frequentar uma universidade, reuniram-se para refletir sobre como pensar e por em prática estratégias que pudessem modificar essa realidade e, assim, criaram em 2007 a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL).

A ADEL é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos. Trata-se de um projeto de desenvolvimento local do semiárido cearense, resultante de capital social, criado por jovens oriundos de famílias de agricultores da região. Desde a participação desses

indivíduos em um programa de aprendizagem cooperativa, desenvolvido no Ceará - Programa de Educação em Células (PRECE), os mesmos entraram para a universidade, com o intuito de retornarem aos seus municípios de origem após finalizarem seus cursos. Fato que, em si, já representa um diferencial tendo em vista que a dinâmica do êxodo rural ainda é muito presente nessas regiões.

O objetivo inicial da ADEL seria levar o que foi aprendido na universidade pelos jovens, para a prática em suas comunidades no âmbito da economia, engenharia, agronomia, zootecnia etc. Um importante ponto a destacar é que, além dos saberes técnicos, essas pessoas também traziam consigo os saberes tradicionais, o reconhecimento, as identificações, o pertencimento e a apropriação – conceitos já estudados anteriormente. Esses fatores reunidos, juntamente com alto grau de empreendedorismo, os levaram a implantação de um projeto cujo principal papel, em nosso entendimento, é potencializar e articular saberes, indo ao encontro do conceito de *Informação Solidária*, aqui discutido, com foco na multiplicação desses saberes para o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente voltadas para a agricultura familiar.

As principais ações desenvolvidas pela ADEL são: programa para jovens empreendedores rurais, implantação de sistemas cooperativos de produção e de comercialização e programa de formação de redes territoriais para estimular a constituição de cadeias produtivas e a mobilização dos produtores rurais.⁴³ Dentre os principais resultados destacados pela ADEL estão: criação de arranjos produtivos locais, formação de jovens empreendedores, fortalecimento das estruturas organizacionais das comunidades, criação de cooperativas, melhoria nas condições de vida e diminuição do êxodo rural, tendo já contribuído com cerca de 500 pequenos e médios produtores e 72 comunidades.

A partir do diálogo com a ADEL e das leituras realizadas no estudo do material por ela fornecido e amplamente divulgado em suas redes sociais, foi possível construir o conceito de *Informação Solidária*, no âmbito do fenômeno social da informação aqui discutido, e a partir das questões norteadoras elencadas na introdução deste texto, as quais serão apresentadas resumidamente a seguir:

(a) Quem são os agentes catalisadores desse processo informacional?

Os jovens moradores da região são os principais protagonistas deste projeto. São oriundos do PRECE, um programa de extensão universitária criado em 1994, que visa a aprendizagem por meio da cooperação e do protagonismo estudantil para alunos do ensino

⁴³ Para saber mais sobre as ações da ADEL, visitar <http://www.adel.org.br/>

médio. Trata-se também de uma ação de informação solidária educacional, iniciada por jovens da zona rural, que estudavam em uma “casa de farinha” visando à entrada no ensino superior. Após o sucesso da ação, ou seja, o ingresso na universidade, esses estudantes retornaram às suas comunidades para gerirem Escolas Populares Cooperativas e, assim, ajudar outros jovens por meio da aprendizagem cooperativa.

Com a conclusão dos cursos universitários, realizados em instituições de ensino superior em Fortaleza, retornaram aos seus municípios de origem e fundaram a ADEL, dispostos a mudar a “cara do sertão”, como eles próprios anunciam, por meio do empreendedorismo jovem e da produção e articulação de saberes.

No cenário aqui traçado, revela-se que a presença de agentes catalizadores é essencial para a mediação e circulação da informação solidária e de seus resultados. Ou seja, amplia as formas de identificação entre os indivíduos, implicando em uma visão ampla da dinâmica e da realidade social, gerando sentidos, objetivos, sentimentos de pertença e de construção de identificação.

(b) Como se dá o fluxo de informação entre os sujeitos?

A mediação e a circulação da informação ocorrem mediante a valorização dos saberes e conhecimentos locais. Isto é, por meio das próprias histórias de vidas das famílias dos jovens envolvidos e da realidade socioeconômica da comunidade. Focam-se, por exemplo, na vocação da comunidade para a agricultura familiar e o fortalecimento do agronegócio. Realizam formações para os jovens empreendedores, identificando potencialidades, estratégias e soluções para o desenvolvimento local e para que esses jovens possam viver em suas comunidades, de modo produtivo, evitando o êxodo rural.

Sob essas circunstâncias, nas quais ocorrem os fluxos informacionais entre os indivíduos, por meio da dinâmica da aprendizagem cooperativa e da apropriação e partilha de saberes, o conhecimento produzido circula efetivamente, para garantir a inclusão e o acesso à informação de que necessitam mediante formação, elaboração de projetos, possibilidades de financiamentos, regularização, normatização, assessoria aos pequenos negócios criados e acompanhamento.

(c) Quais os canais (redes e mídias sociais) utilizados?

Para a circulação e mediação da informação, a ADEL possui diferentes canais. Entre eles destacam-se: Facebook (www.facebook.com/adelceara), blog (<http://blogdaadel.blogspot.com.br/>) e site (<http://www.adel.org.br/>). Continuamente as informações são atualizadas nas redes sociais, de modo a potencializar o fluxo de comunicação e permitir o acesso inclusivo. Também realizam e participam de fóruns e

eventos locais e nacionais, incentivam o diálogo e a cooperação, envolvendo pessoas, ações e projetos.

De modo transversal, a informação perpassa todos os circuitos que envolvem as ações da ADEL. Trata-se de conhecimento produzido colaborativamente pelos sujeitos envolvidos, de modo articulado, participativo e dinâmico, que se reverte em benefícios coletivos e de livre acesso.

(d) Como os sujeitos se apropriam da informação em meio comunitário para o desenvolvimento econômico local?

A apropriação da informação é resultado das formas de produção, circulação e mediação nas redes sociais constituídas pela ADEL, que possibilitaram a diminuição da distância entre os habitantes locais. Além disso, permitem o compartilhamento de saberes entre os sujeitos envolvidos, de forma organizada, articulada e atualizada, para além do espaço físico, consolidado pelas redes e mídias sociais. Assim, conteúdos, documentos, eventos, programas, projetos, financiamentos, tecnologias etc. são continuamente repassados, pela troca e a circulação de ideias, favorecendo a construção horizontal do conhecimento livre, pertinente, integrado e consolidado, de acordo com os princípios e propósitos da informação solidária.

Nessa ação verificou-se também que a percepção que as pessoas envolvidas nesse projeto têm acerca do papel da biblioteca comunitária ainda é muito limitada e está voltada para o acesso ao livro e não à informação. Ou seja, a biblioteca precisa inserir-se mais efetivamente de modo que possa contribuir e provocar discussões efetivas em torno do desenvolvimento local, do capital social, do desenvolvimento econômico e do valor da informação.

Observa-se, portanto, que os caminhos a serem percorridos ainda são longos, especialmente em termos de legitimar a biblioteca comunitária como um EPAI de referência para a comunidade, associado à melhoria das condições de vida e às práticas sociais cotidianas de acesso à informação. A inclusão informacional, nesse caso, tem se dado sem o reconhecimento do valor da informação de modo consciente, mesmo que ela seja referenciada cotidianamente nas ações da ADEL.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento local, portanto, não está ligado somente a fatores econômicos, mas a condição de vida humana gregária, a autonomia e a liberdade dos indivíduos e do seu papel na comunidade, de modo a permitir maior harmonização entre as necessidades individuais e

aquelas almeçadas pelo grupo, especialmente distinguindo o que é entendido por comunidade e o que caracteriza apenas uma coletividade ou grupamento.

A cultura de informação se alarga e se retrai e vice-versa entre o global e o local, pois um não se sustenta sem o outro diante da complexa rede de reprodução que alimenta esse fluxo no mundo contemporâneo globalizado. Sob essas circunstâncias, os recursos de mediação se fazem necessários à medida que essa informação que circula necessita de um cotejamento, bem como de uma intervenção crítica para que os sujeitos possam aferir significados a ela no momento da apropriação, dos usos e de seus processos de mediação.

De acordo com Cavalcante (2011), a inclusão informacional pode ser entendida, nesse contexto, como a possibilidade do fortalecimento de arranjos produtivos pelo compartilhamento de saberes importantes às ações relativas ao desenvolvimento local, à cultura compartilhada, ao fortalecimento da educação e à construção de uma autonomia informacional. Nesse raciocínio, observa-se que vínculos se estabelecem entre os indivíduos e seus grupos, criando estruturas, muitas vezes abstratas, não-oficiais, criativas e produtivas, com a instituição de normas internas e estratégias de funcionamento.

O desafio de inovar, quando se pensa no papel das bibliotecas comunitárias está longe de ser atingido, pois ela ainda não sensibiliza suficientemente as comunidades onde estão inseridas com esse propósito. Há, portanto, longo caminho a percorrer com relação a esses desafios, especialmente de inserção da biblioteca no setor produtivo comunitário, pois não se verificou grande avanço na compreensão das formas de atuação desse espaço enquanto sistema de informação para o desenvolvimento econômico coletivo e local.

Acerca das reflexões aqui apresentadas, no que tange à mediação da informação social e a produção e apropriação da informação solidária, destaca-se a necessidade do pensamento planetário (global e local) com relação à educação para a diversidade e a inclusão. Essa diversidade implica especialmente na aceitação e na relação com o outro, que é plural e diferente na sua forma de pensar, agir e intervir, mas é semelhante no terreno dos desejos e das lutas culturais de cada um ou da comunidade da qual faz parte, onde cada sujeito encontra o seu elo de significação, mesmo considerando a complexidade da coexistência humana no mundo, em atos de solidariedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL. Agência de desenvolvimento econômico local. 2010. Disponível em: <<http://www.adel.org.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

AVELINE, Carlos Cardoso. **A informação solidária**: a comunicação social como prática de uma nova ética. Blumenau: Edfurb, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Informação, inovação social e condições de vida: construindo competências para o desenvolvimento sustentável. **Revista EDICIC**, v.1, n.2, p.302-316, Abr./Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em 23 jun. 2014.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Mediação da informação, desenvolvimento local e comunidades. In: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade**: tessituras e olhares. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 117-133.

FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. La médiation documentaire. In : LIQUÈTE, Vincent (coord.). **Médiations**. Paris: CNRS, 2010. p. 121-140.

FOGUEL, Flávio Henrique dos Santos. **Redes de colaboração solidária**: um estudo sobre a associação de moradores do Conjunto Palmeiras–Fortaleza/CE. 2009. 288 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboración Solidaria**. Ciudad de Mexico: Universidad Autonoma de la Ciudad de Mexico, 2006.

MARTELETO, R. M.; OLIVEIRA E SILVA, A. B. de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTELETO, Regina; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteira da Ciência da informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 78-106.

PERROTTI, Edmir. Prefácio. In: MARTELETO, Regina Maria, STOTZ, Eduardo Navarro (org.). **Informação, saúde e redes sociais**: diálogos de conhecimento nas comunidades da Maré. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling, VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. In.: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012. p. 1-18. Disponível em: <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf>. Acesso em 23 abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STOTZ, Eduardo Navarro. Redes sociais e saúde. In: MARTELETO, Regina Maria, STOTZ, Eduardo Navarro (org.). **Informação, saúde e redes sociais**: diálogos de conhecimento nas comunidades da Maré. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.27-42.